Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias 1

Demonstrações contábeis regulatórias auditadas

Balanço patrimonial 4
Demonstração do resultado 6
Demonstração do resultado abrangente 7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 8
Demonstração dos fluxos de caixa.....9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias..... 10

Building a better working world

Centro Empresarial Queiroz Galvão - Torre Cícero Dias
Rua Padre Carapuceiro, 858
8º andar, Boa Viagem
51020-280 - Recife - PE - Brasil

Tel: +55 81 3201-4800
Fax: +55 81 3201-4819
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no n° 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa n°2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 1º de março de 2023.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Building a better working world

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 28 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP015199/O

Francisco da Silva Pimentel
Contador CRC-1SP171230/O-7-T-PE

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**17.030**	29.953
Concessionária e permissionárias	5	**17.965**	15.934
Serviços em curso		**10.882**	11.684
Tributos a recuperar		**6.184**	5.987
Despesas pagas antecipadamente		**39**	31
Outros ativos		**8.916**	8.465
Total do ativo circulante		**61.016**	72.054
Não circulante			
Concessionária e permissionárias	5	**1.693**	1.693
Adiantamentos - parcela de ajuste		**2.111**	1.041
Depósitos judiciais e cauções		**919**	1.283
Ativo financeiro setorial		**35.243**	35.243
Outros ativos		**28**	28
Imobilizado	6	**332.106**	346.421
Intangível	7	**8.361**	8.361
Total do ativo não circulante		**380.461**	394.070
Total do ativo		**441.477**	466.124

	Notas	2022	2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		**1.531**	765
Obrigações sociais e trabalhistas		**2.644**	2.240
Tributos a recolher		**9.334**	4.377
Encargos setoriais		**7.644**	7.196
Dividendos a pagar		**-**	19.241
Outros passivos		**9.150**	6.658
Total do passivo circulante		**30.303**	40.477
Não circulante			
Fornecedores		**848**	848
Provisão para contingências	8	**876**	876
Outros passivos		**3.596**	507
Obrigações vinculadas à concessão	6	**29.068**	29.882
Total do passivo não circulante		**34.388**	32.113
Patrimônio líquido	9		
Capital social		**374.447**	374.447
Reservas de lucros		**2.339**	19.087
Total do patrimônio líquido		**376.786**	393.534
Total do passivo e patrimônio líquido		**441.477**	466.124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Operações em continuidade			
Receita/Ingresso			
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		**161.909**	154.684
(-) Parcela variável		**(1.281)**	(930)
		160.628	153.754
Tributos			
PIS		**(2.988)**	(8.704)
Cofins		**(13.762)**	(11.728)
Encargos - Parcela “A”			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		**(1.383)**	(1.224)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR		**(3.857)**	(3.998)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE		**(593)**	(615)
		(22.583)	(26.269)
Receita operacional líquida	10	**138.045**	127.485
Custos gerenciáveis			
Pessoal e administradores	11	**(13.493)**	(12.047)
Material		**(958)**	(1.516)
Serviços de terceiros		**(12.018)**	(9.751)
Arrendamento e aluguéis		**(817)**	(767)
Seguros		**(204)**	(105)
Doações, contribuições e subvenções		**(81)**	(1.024)
Tributos		**(106)**	(97)
Depreciação e amortização		**(13.779)**	(13.793)
Outras despesas operacionais		**(727)**	(18)
		(42.183)	(39.118)
Resultado da atividade		**95.862**	88.367
Despesas financeiras		**(76)**	(7.556)
Receitas financeiras		**4.492**	1.572
Resultado financeiro	12	**4.416**	(5.984)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**100.278**	82.383
Imposto de renda e contribuição social	13	**(8.935)**	(6.883)
Resultado líquido do exercício		**91.343**	75.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**91.343**	75.500
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente do exercício	**91.343**	75.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	374.447	37.925	-	412.372
Incentivos fiscais (Nota 9)	-	16.441	(16.441)	-
Dividendos adicionais aprovados	-	(75.097)	-	(75.097)
Lucro líquido do exercício	-	-	75.500	75.500
Destinação do resultado:				
Constituição de reserva legal	-	4.916	(4.916)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(19.241)	(19.241)
Reserva para reinvestimentos	-	34.902	(34.902)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	374.447	19.087	-	393.534
Dividendos adicionais aprovados	**-**	**(57.723)**	**-**	**(57.723)**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**91.343**	**91.343**
Destinação do resultado:				
Constituição de reserva legal	**-**	**6.563**	**(6.563)**	**-**
Contituição de reserva de incentivo fiscal (Nota 9)	**-**	**21.367**	**(21.367)**	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios	**-**	**-**	**(25.832)**	**(25.832)**
Dividendos intermediarios	**-**	**-**	**(24.536)**	**(24.536)**
Reserva para reinvestimentos	**-**	**13.045**	**(13.045)**	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**374.447**	**2.339**	**-**	**376.786**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**91.343**	75.500
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação	**13.779**	13.793
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	**622**	2.583
Descontos financeiros obtidos	**(16)**	-
Imposto de renda e contribuição social	**8.935**	6.883
	114.663	98.759
(Acréscimo) decréscimo no ativo		
Concessionárias e permissionárias	**(2.030)**	852
Depósitos judiciais	**363**	(569)
Serviço em curso	**803**	(4.282)
Outros ativos	**(1.607)**	(40.628)
	(2.471)	(44.627)
Acréscimo (decréscimo) no passivo		
Fornecedores	**782**	355
Encargos setoriais	**449**	(65)
Obrigações sociais e trabalhistas	**404**	169
Tributos e contribuições sociais	**3.827**	4.408
Outros passivos	**5.579**	1.689
	11.041	6.556
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**123.233**	60.688
Pagamento de tributos	**(8.001)**	(16.214)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**115.232**	44.474
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações no imobilizado	**(823)**	(56)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(823)**	(56)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos	**(127.332)**	(75.097)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(127.332)**	(75.097)
Decréscimo no caixa e equivalentes de caixa	**(12.923)**	(30.679)
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no inicio do exercício	**29.953**	60.632
Saldo no final do exercício	**17.030**	29.953
Decréscimo no caixa e equivalentes de caixa	**(12.923)**	(30.679)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (“STN” ou “Companhia”) foi constituída em 27 de outubro de 2003 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife na Praça Dr. Fernando Figueira, nº 30, sala 1103, Estado de Pernambuco, com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia entrou em operação comercial em 1º de janeiro de 2006.

Os serviços de operação do sistema de transmissão e manutenção dos sistemas de proteção são realizados pela CHESF, sob a supervisão e fiscalização da STN, enquanto os serviços de manutenção dos sistemas elétricos são realizados diretamente pela Companhia.

Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a STN está autorizada a cobrar a Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica, tem direito à utilização dessa rede básica, como também o consumidor, atendidas a certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado livre acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do poder concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis, em acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Estas demonstrações são separadas das demonstrações contábeis societárias da Companhia, uma vez que o MCSE especifica tratamentos ou divulgações alternativas em determinados aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias estão detalhadas em notas explicativas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela administração da Companhia em 28 de abril de 2023.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis regulatórias.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3. Principais práticas contábeis regulatórias

3.1. Ativos financeiros

São reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são classificados em “valor justo por meio do resultado”, enquanto as contas a receber do ativo financeiro são classificadas como “empréstimos e recebíveis”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.2. Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo órgão regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.3. Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível à capitalização dos encargos de dívidas.

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.4. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

3.5. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.6. Passivos financeiros

A Companhia classifica fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.

Instrumentos financeiros - apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

Provisões para contingências: As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.7. Provisões--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.8. Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%

Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia é calculado pelo regime de lucro real.

A Companhia possui o direito de usufruir do incentivo fiscal aprovado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) pelo prazo de até 31 de dezembro de 2025, concedido por meio do Laudo Constitutivo nº 0138/2016, que estabelece uma redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

Para o usufruto de tal benefício, faz-se necessário encaminhar o referido laudo para a Receita Federal do Brasil (RFB), o que foi regularmente feito, contudo esta negou o reconhecimento alegando que a Companhia estaria sem certidão de regularidade fiscal no momento da análise do pedido. Todavia, (a) a negativa da RFB extrapola o prazo-limite de 120 dias contados do protocolo do recurso, em 29 de novembro de 2016, assinalado nos §1 e §2 do art. 60 da IN SRF 267/02; (b) o art. 124, da IN SRF 267/02, prevê que a regularidade fiscal apenas é exigível no momento da apresentação do pedido; e (c) a RFB realizou lançamento indevido na análise de estimativas mensais de IRPJ e CSLL. No entendimento da administração da Companhia, amparada por seus assessores jurídicos, sendo certo que os argumentos acima elencados estão presentes, de maneira mais detalhada, no recurso administrativo apresentado perante a RFB e que, portanto, apesar dos equívocos cometidos pela RFB, a Companhia tem direito a usufruir do referido benefício.

3. **Principais práticas contábeis regulatórias**--Continuação

3.8. **Impostos sobre a receita**--continuação

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.9. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazos, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.10. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

3.11. Receita Anual Permitida - “RAP”

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no contrato de concessão e resoluções homologatórias da ANEEL.

3.12. Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3. **Principais práticas contábeis regulatórias**--Continuação

3.13. Aplicabilidade

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2022 as alterações do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis regulatórias.

3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2022 as alterações nas normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis regulatórias:

- CPC 27 - Ativo Imobilizado
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

3.15. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2023, sendo:

- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23)
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32)

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

A Companhia avaliará se o órgão regulador adotará os novos pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC e consequentemente os impactos nas suas demonstrações contábeis regulatórias.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2022			2021		
Instituição/Linha devedora	**Principal + Juros de curto prazo**	**Principal + Juros de longo prazo**	**Saldo Total**	**Principal + Juros de curto prazo**	**Principal + Juros de longo prazo**	**Saldo Total**
Ativos financeiros	**17.030**	**-**	**17.030**	29.953	-	29.953
Caixa e depósitos bancários à vista	**615**	**-**	**615**	706	-	706
Aplicações financeiras - CDB	**16.415**	**-**	**16.415**	29.247	-	29.247

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração as taxas de 97% a 99% pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Concessionárias e permissionárias

	Valores correntes							
	Corrente a vencer		Corrente - Vencida					
Descrição	**Até 60 dias**	**Mais de 60 dias**	**Até 90 dias**	**De 91 a 181 dias**	**De 181 a 360 dias**	**Mais de 360 dias**	**Total 2022**	**Total 2021**
Encargos de uso da rede elétrica	**14.977**	**-**	**1.286**	**91**	**42**	**3.262**	**19.658**	17.627
	14.977	**-**	**1.286**	**91**	**42**	**3.262**	**19.658**	17.627
Circulante							**17.965**	15.934
Não circulante							**1.693**	1.693

6. Imobilizado

a) Composição do imobilizado

	Custo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Custo em 31/12/2022	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Em serviço:								
Transmissão								
Terrenos	88	-	-	-	**88**	-	**88**	88
Edificações, Obras civis e benfeitorias	970	-	-	-	**970**	**(468)**	**502**	530
Máquinas e equipamentos	555.665	-	**(192)**	-	**555.473**	**(235.549)**	**319.924**	334.483
Veículos	997	-	-	-	**997**	**(885)**	**112**	183
Móveis e utensílios	865	-	-	**12**	**877**	**(925)**	**(48)**	(10)
	558.585	-	**(192)**	**12**	**558.405**	**(237.827)**	**320.578**	335.274
Em curso:								
Máquinas e equipamentos	2.207	**70**	-	-	**2.277**	-	**2.277**	2.207
Outros	8.940	**753**	**(430)**	**(12)**	**9.251**	-	**9.251**	8.940
	11.147	**823**	**(430)**	**(12)**	**11.528**	-	**11.528**	11.147
Total	569.732	**823**	**(622)**	-	**569.933**	**(237.827)**	**332.106**	346.421

6. **Imobilizado**--Continuação

b) Taxas anuais de depreciação

		2022			2021
Ativo Imobilizado - R$ Mil	**Taxas anuais médias de depreciação (%)**	**Valor Bruto**	**Depreciação e amortização acumulada**	**Valor líquido**	**Valor líquido**
Em serviço					
Transmissão		**558.405**	**(237.827)**	**320.578**	335.274
Custo histórico	3,06%	**558.405**	**(237.827)**	**320.578**	335.274
		558.405	**(237.827)**	**320.578**	335.274
Em Curso - R$ Mil					
Transmissão	0,00%	**11.528**	-	**11.528**	11.147
		11.528	**-**	**11.528**	11.147
		569.933	**(237.827)**	**332.106**	346.421

c) Composição das adições em curso

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R$ Mil	**Material / Equipamentos**	**Outros gastos**	**Total**
Material em depósito	**735**	**-**	**735**
maquinas e equipamentos	**70**	**-**	**70**
Outros	**-**	**18**	**18**
Total das Adições	**805**	**18**	**823**

d) Principais taxas anuais de depreciação pro macroatividade, de acordo com a resolução ANEEL n° 674 de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação
Transmissão:	
Condutor de sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura de sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

6. **Imobilizado**--Continuação

e) Principais adições e baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício

Adições:		**Valor**
1.	Aquisição de 01 notebook	**12**
		12

Baixas:		**Valor**
1.	Cado de aluminio 176 MCM	**101**
2.	cabo d eaço galvanizado 3/8"	**91**
		192

f) Obrigações vinculadas à concessão**:**

Em 2019, a Companhia e a Transmissora Delmiro Gouveia S.A - "TDG" finalizaram a adoção de bens e instalações que foram construídos pela TDG e que serão operados e mantidos pela STN em atendimento a cláusulas do contrato de concessão, bem como na facilidade de conexão ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Para tanto, foi celebrado o Termo de Transferência Não Onerosa - TTNO (Termo de Doação). O TTNO resultou acréscimo aos ativos da Companhia em R$35.463, contabilizado em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (passivo não circulante). As obrigações vinculadas à concessão do serviço são doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador, destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, ao final da concessão. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessas obrigações vinculadas, no passivo não circulante, totalizava R$29.068 (2021: R$29.882).

7. Intangível

	Custo em 31/12/2021	**Adições**	**Baixas**	**Custo em 31/12/2022**	**Depreciação acumulada**	**Saldo em 31/12/2022**	**Saldo em 31/12/2021**
Em serviço:							
Transmissão							
Servidões	6.697	**-**	**-**	**6.697**	**(241)**	**6.456**	6.456
Softwares	650	**-**	**-**	**650**	**(650)**	**-**	-
	7.347	**-**	**-**	**7.347**	**(891)**	**6.456**	6.456
Em curso:							
Servidões	1.795	**-**	**-**	**1.795**	**-**	**1.795**	1.795
Outros	110	**-**	**-**	**110**	**-**	**110**	110
	1.905	**-**	**-**	**1.905**	**-**	**1.905**	1.905
Total	9.252	**-**	**-**	**9.252**	**(891)**	**8.361**	8.361

8. Provisão para contingências

O montante de R$876 (2021: R$876) se refere a provisão de causas cíveis, que representam à futuras indenizações da faixa de servidão após conclusão da causa.

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R$374.447, representado por 198.000 mil ações ordinárias sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	Integralizadas	**%**
Alupar Investimento S.A.	**100.980.000**	**51**
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A.	**97.020.000**	**49**
	198.000.000	**100**

b) Reservas de lucros

	2022	**2021**
Reserva legal	**69.887**	63.324
Reserva especial para incentivos fiscais	**57.375**	16.441
Outras	**(124.923)**	(60.677)
	2.339	19.087

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício social, como previsto na legislação em vigor, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais: A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na região Nordeste e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, de acordo com o art. 23 do Decreto Lei n° 756/69 e demais alterações da legislação sobre o assunto.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado na vigência da Lei, foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente será transferido para reserva de lucro, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou eventual absorção de prejuízos conforme previsto no art. 545 do Regulamento do Imposto de Renda.

9. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucros--Continuação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou o valor de R$21.367 (R$16.441 em 2021), relativo ao incentivo fiscal SUDENE, o qual foi calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando-se a redução de 75%, no imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

10. Receita operacional bruta e líquida

	2022	2021
Receita operacional bruta		
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	**161.909**	154.684
(-) Parcela variável	**(1.281)**	(930)
	160.628	153.754
Tributos		
PIS	**(2.988)**	(8.704)
Cofins	**(13.762)**	(11.728)
Encargos - Parcela “A”		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	**(1.383)**	(1.224)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	**(3.857)**	(3.998)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	**(593)**	(615)
	(22.583)	(26.269)
Receita operacional líquida	**138.045**	127.485

11. Despesas com pessoal e administradores

	2022	2021
Pessoal		
Remuneração	**(5.552)**	(4.975)
Encargos	**(2.106)**	(1.854)
Previdência privada	**(86)**	(72)
Assistência médica	**(1.040)**	(949)
Participação nos lucros e resultados	**(415)**	(621)
Outros	**(868)**	(498)
	(10.067)	(8.969)
Administradores		
Honorários e encargos (diretoria e conselho)	**(2.528)**	(2.125)
Benefício dos administradores	**(898)**	(953)
	(3.426)	(3.078)
Total	**(13.493)**	(12.047)

12. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Receita sobre aplicações financeiras	**4.315**	1.381
Outras receitas	**177**	191
	4.492	1.572
Despesas financeiras		
Juros e multas	**(55)**	(6.098)
Outras despesas	**(21)**	(1.458)
	(76)	(7.556)
Resultado financeiro	**4.416**	(5.984)

13. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado em 2022 e 2021 pode ser demonstrada como segue:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**100.278**	82.383
Alíquota fiscal combinada	**34%**	34%
	(34.095)	(28.010)
Lei Rouanet / Esporte / FIA	**-**	945
Outras, líquidas	**25.160**	20.182
	(8.935)	(6.883)
Composição das despesas de imposto de renda e contribuição social		
Corrente	**(30.302)**	(23.324)
Incentivo fiscal	**21.367**	16.441
	(8.935)	(6.883)

(a) Realização da quota fixa, conforme Art.69 da Lei nº 12.973/2014

14. Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Assim, a administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

15. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	2022			**2021**		
	Regulatório	**Ajustes CPC's**	**Societário**	**Regulatório**	**Ajustes CPC's**	**Societário**
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	**17.030**	**-**	**17.030**	29.953	-	29.953
Concessionárias e permissionárias	**17.965**	**-**	**17.965**	15.934	-	15.934
Serviço em curso	**10.882**	**-**	**10.882**	11.684	-	11.684
Ativo de concessão	**-**	**95.741**	**95.741**	-	86.842	86.842
Tributos a recuperar	**6.184**	**1.999**	**8.183**	5.987	2.000	7.987
Despesas antecipadas	**39**	**-**	**39**	31	-	31
Outros ativos	**8.916**	**(2.131)**	**6.785**	8.465	(4.193)	4.272
Total do ativo circulante	**61.016**	**95.609**	**156.625**	72.054	84.649	156.703
Não circulante						
Concessionárias e permissionárias	**1.693**	**-**	**1.693**	1.693	-	1.693
Adiantamento - parcela de ajuste	**2.111**	**(2.111)**	**-**	1.041	(1.041)	-
Depósitos judiciais	**919**	**-**	**919**	1.283	-	1.283
Ativo de concessão	**-**	**599.324**	**599.324**	-	562.964	562.964
Ativo financeiro setorial	**35.243**	**-**	**35.243**	35.243	-	35.243
Outros ativos	**28**	**-**	**28**	28	-	28
Imobilizado	**332.106**	**(332.040)**	**66**	346.421	(346.336)	85
Intangível	**8.361**	**(8.361)**	**-**	8.361	(8.361)	-
Total do ativo não circulante	**380.461**	**256.812**	**637.273**	394.070	207.226	601.296
Total do ativo	**441.477**	**352.421**	**793.898**	466.124	291.875	757.999

15. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

	2022			2021		
	Regulatório	**Ajustes CPC's**	**Societário**	**Regulatório**	**Ajustes CPC's**	**Societário**
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	**1.531**	**-**	**1.531**	765	-	765
Obrigações sociais e trabalhistas	**2.644**	**-**	**2.644**	2.240	(2.240)	-
Tributos a recolher	**9.334**	**(945)**	**8.389**	4.377	(966)	3.411
Encargos setoriais	**7.644**	**-**	**7.644**	7.196	-	7.196
Dividendos a pagar	**-**	**-**	**-**	19.241	-	19.241
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	**-**	**12.453**	**12.453**	-	-	-
Outros passivos	**9.150**	**(7.097)**	**2.053**	6.658	(2.503)	4.155
Total do passivo circulante	**30.303**	**4.411**	**34.714**	40.477	(5.709)	34.768
Não circulante						
Fornecedores	**848**	**-**	**848**	848	-	848
Provisão para contingências	**876**	**-**	**876**	876	-	876
Encargos setoriais	**-**	**73.415**	**73.415**	-	79.580	79.580
Tributos diferidos	**-**	**128.239**	**128.239**	-	109.286	109.286
Outros passivos	**3.596**	**(3.596)**	**-**	507	(507)	-
Obrigações vinculadas à concessão	**29.068**	**(29.068)**	**-**	29.882	(29.882)	-
Total do passivo não circulante	**34.388**	**168.990**	**203.378**	32.113	158.477	190.590
Patrimônio líquido						
Capital social	**374.447**	**-**	**374.447**	374.447	-	374.447
Reservas de lucros	**2.339**	**179.020**	**181.359**	19.087	139.107	158.194
Total do patrimônio líquido	**376.786**	**179.020**	**555.806**	393.534	139.107	532.641
Total do passivo e patrimônio líquido	**441.477**	**352.421**	**793.898**	466.124	291.875	757.999

15. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

	2022			2021		
	Regulatório	**Ajustes CPC's**	**Societário**	**Regulatório**	**Ajustes CPC's**	**Societário**
Receita operacional líquida	**138.045**	**45.383**	**183.428**	127.485	18.572	146.057
Custos gerenciáveis						
Pessoal e administradores	**(13.493)**	**-**	**(13.493)**	(12.047)	-	(12.047)
Material	**(958)**	**(297)**	**(1.255)**	(1.516)	1.402	(114)
Serviços de terceiros	**(12.018)**	**-**	**(12.018)**	(9.751)	385	(9.366)
Arrendamento e aluguéis	**(817)**	**-**	**(817)**	(767)	-	(767)
Seguros	**(204)**	**-**	**(204)**	(105)	-	(105)
Doações, contribuições e subvenções	**(81)**	**-**	**(81)**	(1.024)	-	(1.024)
Tributos	**(106)**	**-**	**(106)**	(97)	-	(97)
Depreciação e amortização	**(13.779)**	**13.779**	**-**	(13.793)	13.793	-
Outras despesas operacionais	**(727)**	**-**	**(727)**	(18)	-	(18)
	(42.183)	**13.482**	**(28.701)**	(39.118)	15.580	(23.538)
Resultado da atividade	**95.862**	**58.865**	**154.727**	88.367	34.152	122.519
Despesas financeiras	**(76)**	**-**	**(76)**	(7.556)	-	(7.556)
Receitas financeiras	**4.492**	**1**	**4.493**	1.572	-	1.572
Resultado financeiro	**4.416**	**1**	**4.417**	(5.984)	-	(5.984)
Lucro antes dos impostos	**100.278**	**58.866**	**159.144**	82.383	34.152	116.535
Imposto de renda e contribuição social						
Corrente	**(8.935)**	**-**	**(8.935)**	(6.883)	-	(6.883)
Diferido	**-**	**(18.953)**	**(18.953)**	-	(11.331)	(11.331)
	(8.935)	**(18.953)**	**(27.888)**	(6.883)	(11.331)	(18.214)
Resultado líquido do exercício	**91.343**	**39.913**	**131.256**	75.500	22.821	98.321

15. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

15.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim a utilização do modelo de ativo financeiro.

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Para fins societários, a Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado, sendo assim os ajustes dos saldos contábeis foram registrados em lucros acumulados. Esta norma requer que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável.

No modelo de ativo contratual as receitas são segregadas da seguinte forma:

15. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

15.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)--Continuação

Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa efetiva de juros. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa e é reconhecida a partir da entrada em operação.

Receitas de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após a fase de construção. A receita é reconhecida a partir da disponibilidade da infraestrutura de transmissão, sendo calculada com uma margem, definida no projeto inicial, sobre o custo para operar e manter.

Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgada na data do balanço.

Taxas regulamentares (diferido)

Reserva Global de Reversão

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% da RAP, porém no caso da RGR Diferida é calculada com base na Receita Contratual reconhecida no resultado da Companhia.

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são equivalentes a 0,4% da RAP. No caso do diferido, calculando-se com base no valor do Ativo contratual reconhecido na receita da Companhia.

15. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

15.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2022	2021
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	**555.806**	532.641
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória:		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	**(352.424)**	(291.875)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	**173.404**	152.768
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade regulatória	**376.786**	393.534

15.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2022	2021
Lucro líquido conforme contabilidade societária	**131.256**	98.321
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória:		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	**(58.865)**	(34.152)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	**18.952**	11.331
Lucro líquido conforme contabilidade regulatória	**91.343**	75.500

Eduardo Albuquerque de Figueiredo
Diretor Financeiro

Márcio Augusto B. Fontan
Diretor técnico

Ana Caroline da S. Galvão
Contadora - CRC/PE 019527-O-6